



**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DO COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2021**

Aos vinte e um dias de outubro de dois mil e vinte um reuniu-se presencialmente na sala de reunião da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO, o Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle de Execução Orçamentária – CFIS, com o objetivo de discutir, conforme disciplina o § 3º do art. 22, da Resolução nº 1/2006-CN, o acompanhamento da execução orçamentária da União, inclusive das ações que foram objeto de emendas parlamentares. Para isso foram convidados a participar os senhores Marcos de Oliveira – Representante da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia; Antônio Carlos Leonel – Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União – CGU; Alessandro Caldeira, Secretário de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União – TCU; Marcos Paulo Dias Rodrigues, Assessor Parlamentar do Ministério da Economia e ainda teve a participação dos Consultores de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados – CONOF – os senhores Vinícius Cardoso Fragoso e Márcia Moura, bem como o Consultor de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal senhor Otávio Gondim. Foi registrada a presença do coordenador do Comitê, Deputado Danilo Forte, que dirigiu os trabalhos e dos membros do Comitê: os Deputados Wilson Santiago (PTB/PB), Dra. Soraya Manato (PSL/ES) e o Senador Carlos Fávaro (PSD/MT). **ABERTURA:** às dez horas e dezesseis minutos, do dia vinte um de setembro de dois mil e vinte um, os trabalhos foram abertos pelo Coordenador do CFIS, Deputado Danilo Forte, que esclareceu que o motivo da reunião era ouvir os órgãos de controle interno e externo bem como representantes do Ministério da Economia a fim de obter subsídios para a elaboração do relatório do comitê para acompanhar, avaliar e fiscalizar a execução orçamentária e o andamento do orçamento de 2021, além de como o governo vem desenvolvendo suas ações para ajudar a construir políticas públicas que atendam às necessidades da população. A seguir o coordenador concedeu a palavra ao senhor Alessandro Caldeira, Secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, que, por meio de apresentação em Datashow, versou sobre os riscos e irregularidades identificadas pelo TCU nos últimos anos em trabalhos de fiscalização, relacionados ao orçamento federal. Dentre eles citou: 1) Deficiências relacionadas à credibilidade do planejamento e do orçamento; 2) Falta de transparência sobre a aplicação dos recursos repassados pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, para ações e serviços públicos de saúde; 3) Oportunidades de melhoria na alocação do orçamento por meio de programações decorrentes de emendas individuais, de bancada, demais programações e emendas de relator-geral. Por fim listou recomendações feitas à Presidência da República, à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Economia quanto ao orçamento do exercício de 2020 e a execução do orçamento de 2021. O Coordenador do CFIS então passou a palavra para o representante da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério da Economia que pediu desculpas em nome do Secretário que não pôde estar presente em virtude de outros compromissos e pediu para que ele participasse para anotar as questões que ele pudesse levar ao secretário. Em seguida foi chamado a expor o senhor Antônio Carlos Leonel, Secretário Federal de Controle Interno – CGU, que informou que, embora tenha tido uma melhoria na situação fiscal do país, verificada nos Relatórios de Gestão Fiscal, a situação ainda é crítica e por isso é necessário o ajustamento fiscal para dar conta das demandas sociais do país. Informou que identificaram várias oportunidades de remanejamento de políticas públicas, não considerados cortes, mas melhorias por meio dos redirecionamentos do gasto público a grupos mais carentes e citou alguns exemplos. Em seguida fizeram uso da palavra o Senador Carlos Fávaro que



## CONGRESSO NACIONAL

solicitou um posicionamento a respeito da mudança do teto de gastos e das políticas públicas em relação aos precatórios. Também fez uso da palavra a Deputada Dr<sup>a</sup> Soraya Manato que teceu comentário sobre a exposição do senhor Antônio Carlos da CGU quanto à falta de controle sobre os gastos do dinheiro público e sua destinação, mas especificamente quanto ao mal direcionamento de algumas emendas individuais e falta de preocupação de parlamentares em relação ao destino real do dinheiro público. O coordenador também fez questionamentos sobre as emendas de RP9 que hoje geram restos a pagar impedindo a execução de ações sociais relevantes e sobre a falta de transparência das transferências fundo a fundo, questionando como poderiam ter um controle maior sobre os objetos dessas transferências e sobre a execução para não dar margens a possíveis desvios. Para comentar os questionamentos feitos pelos parlamentares presentes, fizeram uso da palavra o Sr. Alessandro Caldeira do TCU, o Sr. Marcos de Oliveira do Ministério da Economia e o Sr. Antônio Carlos Leonel da CGU. Por fim o Consultor de Orçamento do Senado, Sr. Otávio Gondim fez algumas ponderações, entre outras, apoiando as iniciativas dos demais participantes, sobre o teto de gastos e inscrições de restos a pagar. O Senhor Antônio Carlos Leonel fez considerações sobre as renúncias fiscais, sugerindo a atuação do parlamento para reduzi-las a fim de interferir no teto de gastos. O Coordenador Deputado Daniel Fontes finalizou agradecendo e ressaltou a importância dessa relação entre o parlamento e o governo, uma vez que todos aqui estão imbuídos na busca pela eficiência do gasto público. Por outro lado, acredita que o temos que avançar em alguns pontos que ainda são tabus no Brasil, como a execução financeira e a punição pela má execução dos projetos de engenharia pois quanto mais transparência, melhor para a população e também para a busca por soluções dos problemas atuais. Acrescentou ainda que precisará muito da ajuda de todos os órgãos envolvidos para poder evoluir nos estudos a fim do orçamento cumprir sua função social e diminuir os desequilíbrios sociais. Ainda informou que na próxima reunião irão ampliar e aprofundar esse debate para elaborar um relatório que seja contundente e que possa ajudar não só na elaboração, mas na execução do orçamento. Nada mais havendo a tratar, o Coordenador em exercício deu por encerrado os trabalhos. A presente ata será assinada pelo Coordenador do Comitê de avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentaria- CFIS, Deputado Danilo Forte.